

A China, os BRICS e os países em desenvolvimento

China, BRICS and the developing countries

Anna Carletti*

Resumo

O objetivo desse artigo é evidenciar as principais etapas da construção histórica e política das relações chinesas com os países em desenvolvimento, o que poderá tornar mais legível o tipo de inserção que a China está construindo atualmente no Sul do mundo junto aos outros membros do BRICS. A análise parte da hipótese de que a aproximação chinesa com o mundo em desenvolvimento não é algo recente: ela se enraizaria em relações políticas e históricas já consolidadas que justificariam a percepção positiva da maioria dos países em desenvolvimento acerca da crescente inserção junto a essa parte do mundo. Na primeira parte do artigo, serão evidenciadas as características principais do grupo do BRICS. Na segunda parte do trabalho, a pesquisa se concentrará na evolução histórica das relações chinesas com os países em desenvolvimento a partir da proclamação da República Popular da China até os dias atuais.

Palavras-chave: China; BRICS; países em desenvolvimento; cooperação; inclusão.

Abstract

The aim of this paper is to highlight the main steps of the historical and political construction of Chinese relations with developing countries in order to help a better comprehension about the kind of insertion that China is currently building with the other members of the BRICS in the South of the world. The analysis starts from the assumption that the Chinese approach to the developing world is not new: it would root in consolidated political and historical relations that justify the positive perception of most developing countries about the growing Chinese insertion along this part of world. In the first part of the article we focus the main features of the BRICS group. In the second part of the work, the research will focus on the historical evolution of China's relations with developing countries from the proclamation of the People's Republic of China to the present day.

Key words: China; BRICS, developing countries; cooperation; inclusion.

* Doutora em História pela UFRGS, Pós-Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa e Professora Colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. E-mail: annacarletti@unipampa.edu.br

Introdução

Na véspera da IV cúpula dos BRICS, em Nova Délhi (Índia), o então presidente da República Popular da China, Hu Jintao, enfatizou o papel dos BRICS junto aos países emergentes. Ele declarou que o grupo do BRICS deve ser o defensor e promotor dos interesses do mundo em desenvolvimento (HU JINTAO, 2012).

Ao lado da China, a Rússia, Índia, Brasil e África do Sul compõem esse grupo que vem fortalecendo a cada ano seus laços de cooperação, tornando-se atualmente um grupo de impacto crescente no âmbito internacional.

Contudo, as afirmações do ex-presidente Hu Jintao podem suscitar alguns questionamentos. Na composição dos BRICS, a China está ocupando cada vez mais um lugar de destaque. Além de ser o único país em desenvolvimento com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu vertiginoso crescimento econômico a obrigou a redesenhar sua posição no âmbito mundial. A busca de relações privilegiadas com países em desenvolvimento por parte do gigante asiático tem despertado preocupações nas democracias ocidentais que a acusam de usar o discurso de cooperação com o mundo em desenvolvimento para explorar os recursos naturais dessa porção do mundo.

Apesar de tais acusações, em sua maioria os países em desenvolvimento estão respondendo de forma positiva às ofertas de cooperação chinesa. O interesse da China em construir um relacionamento privilegiado com tais países não é algo recente, pois, já nos seus primeiros anos de vida, a República Popular da China aproximou-se desses países. A partir da Conferência de Bandung, em 1954, a China alinhou oficialmente sua trajetória com a dos países em desenvolvimento, sobretudo na base das experiências históricas de exploração imperialista, comuns aos países da Ásia, África e América Latina. No período maoísta, a abordagem da China com o mundo em desenvolvimento era, de fato, prioritariamente ideológica. Após a morte de Mao Zedong, a política de Portas Abertas inaugurada por Deng Xiaoping, na primeira década de 1980, deu prioridade às relações com os países desenvolvidos, o que resultou num aparente distanciamento dos países em desenvolvimento. Nos anos recentes, porém, as autoridades de Pequim retomaram o discurso de aproximação com o mundo em desenvolvimento, dessa vez por razões pragmáticas, sobretudo em busca de novos mercados e dos recursos naturais vitais para a crescente indústria chinesa. Ao lado dos acordos comerciais, o governo de Pequim vem reforçando também laços políticos com estes países junto aos quais a China se apresenta ao resto do mundo como parte do mundo em desenvolvimento. A cooperação com estes países continua fundamentada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, pilares tradicionais da política externa chinesa e no discurso da Cooperação Sul-Sul, discurso este adotado há tempo também pelos integrantes do BRICS (com exceção da Rússia).

A partir dessas considerações, busca-se, nesse artigo, evidenciar as principais etapas da construção histórica e política das relações chinesas com os países em desenvolvimento, o que poderá tornar mais legível o tipo de inserção que a China está construindo atualmente no Sul do mundo junto aos outros membros do BRICS.

A análise parte da hipótese de que a aproximação chinesa com o mundo em desenvolvimento não é algo recente: ela se enraizaria em relações políticas e históricas já consolidadas que

justificariam a percepção positiva da maioria dos países em desenvolvimento acerca da crescente inserção junto a essa parte do mundo.

Na primeira parte do artigo, serão evidenciadas as características principais do grupo do BRICS, que se tornou, no âmbito da política externa chinesa, um instrumento privilegiado de sua inserção internacional, sublinhando, de forma especial, o olhar preferencial do grupo para com as economias emergentes e os países em desenvolvimento.

Na segunda parte do trabalho, a pesquisa se concentrará na evolução histórica das relações chinesas com os países em desenvolvimento a partir da proclamação da República Popular da China até os dias atuais.

Os BRICS e o mundo em desenvolvimento

O termo BRIC (do inglês *brick* – tijolo) surgiu, pela primeira vez em Nova York, em 2001, pouco antes dos atentados de 11 de setembro. Trabalhando numa previsão do futuro cenário econômico internacional, o economista Jim O'Neill, do Banco de Investimentos Americanos Goldman Sachs, inventou o acrônimo BRIC que reunia as iniciais de quatro países que ele considerava os países que ocupariam nos anos seguintes uma posição de relevância no cenário econômico mundial: Brasil, Índia, China e Rússia. O estudo teve como base a análise das médias históricas de crescimento além de observar que tais países possuem em comum os elementos considerados como capacidades *hard power*, a saber, a grande extensão territorial e o tamanho de suas populações.

Contudo, foi apenas em 2009, logo depois da crise econômica mundial de 2008, que esse acrônimo passou a sinalizar o início de uma cooperação de fato entre estes quatro países.

Mesmo que os países do grupo já mantivessem há tempo relações políticas e econômicas relevantes¹, poucos esperavam que de uma previsão financeira se originasse um grupo que poderia influenciar a agenda internacional em nível regional e global.

O grupo começou a se encontrar de maneira informal às margens da 61ª Assembleia Geral da ONU, em 2006, onde foram discutidos temas de interesse em comum e ganhou força, iniciando seu processo de consolidação após, e talvez, graças à crise financeira de 2008.

Em 2010, a África do Sul foi convidada a participar do grupo. Seu ingresso oficial ocorreu durante a 3ª Cúpula, realizada em 2011, na China, na cidade de Sanya.

O ingresso do país suscitou vários debates, pois a África do Sul não possui nem a grande extensão territorial, nem a grande população do resto dos integrantes do grupo. Contudo, a África do Sul é um dos países mais desenvolvidos do continente africano. Trata-se de uma potência econômica e da maior exportadora de minérios e produtos manufaturados do continente. Segundo Visentini, o ingresso da África do Sul no grupo significou

o aumento da representatividade geográfica do grupo, sinalização a busca de democratização da governança global. Além disso, a entrada da África do Sul no grupo reforçou a intenção do grupo de se tornar um fórum de cooperação e diálogo transcontinental sul-sul, uma vez que conta com os principais países emergentes do “sul político”. (VISENTINI, 2012, p. 192).

¹ Em 1993, o Brasil estreitou uma parceria estratégica com a China que já tinha relações estreitas com Rússia e Índia.

Através dos Encontros Anuais do grupo, que não consistem apenas nas mais divulgadas Cúpulas dos Líderes dos cinco países do grupo BRICS, mas em uma agenda anual que prevê encontros em todos os níveis, dos Ministros das Relações Exteriores aos Ministros da Fazenda, dos Fóruns Empresariais aos Fóruns Acadêmicos, para citar apenas alguns dos numerosos encontros previstos na agenda dos BRICS², o grupo vai definir melhor seus objetivos, determinando o possível alcance de sua cooperação. Não obstante as críticas que são feitas ao grupo do BRICS, não pode se negar que os BRICS estão causando mudanças na arquitetura da cooperação internacional, sobretudo fortalecendo e afirmando seu compromisso como novos doadores em favor dos países em desenvolvimento com os quais os integrantes do grupo mantêm e intensificaram relações de cooperação.

Um dos objetivos principais do grupo é conseguir uma representatividade maior e uma voz política mais incisiva no âmbito da governança global por parte de seus integrantes de forma direta e, indiretamente, como representante de um mundo em desenvolvimento que espera poder participar ativamente do atual cenário internacional.

Analisando as declarações conjuntas ao término de cada cúpula, faz-se evidente que desde as primeiras reuniões a preocupação com os países em desenvolvimento esteve presente.

A 1ª Cúpula do BRIC foi realizada em 16 de junho de 2009, na cidade russa de Ekaterimburgo. Devido à então recente crise financeira mundial de 2008, os temas discutidos nessa cúpula foram prevalentemente econômicos, reiterando a necessidade por parte dos países emergentes de ter um papel maior em instituições financeiras internacionais. “As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter uma voz mais ativa e maior representatividade em instituições financeira internacionais.”³

Em 15 de abril de 2010, foi realizada a 2ª Cúpula em Brasília. Em vários pontos da Declaração Conjunta novamente aparece o compromisso em trabalhar conjuntamente “para reduzir os desequilíbrios no desenvolvimento econômico global e promover inclusão social”. Prosseguindo, no mesmo documento, os líderes do BRIC pedem um “apoio mais robusto, ágil e flexível às economias em desenvolvimento por parte dos bancos de desenvolvimento multilaterais.”⁴

A 3ª Cúpula, realizada em 14 de abril de 2011, na China, na cidade de Sanya foi a Cúpula que viu o ingresso da África do Sul que, no ano anterior, tinha sido convidada a participar do grupo. A partir dessa Cúpula, o acrônimo BRIC se tornou BRICS. A declaração de Sanya aborda de forma mais clara, em relação às outras duas Cúpulas, o tema da democratização das relações internacionais, afirmando que “a democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento deve ganhar mais ressonância nas relações internacionais.”⁵

2 A lista completa dos encontros dos BRICS em diversos níveis encontra-se disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010>].

3 COMUNICADO CONJUNTO DOS LÍDERES DOS PAÍSES BRIC – Ekaterimburgo, Rússia, 16 de junho de 2009 ponto 3. Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres/comunicado-i-cupula-bric>]. Acesso em: 23 jan. 2013.

4 DECLARAÇÃO CONJUNTA DA II CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO/GOVERNO (Brasília, 15 de abril de 2010). Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres/comunicado-ii-cupula-bric>]. Acesso em: 23 jan. 2013

5 DECLARAÇÃO DE SANYA. (China, 14 de abril de 2011). Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres/>]. Acesso em: 10 fev. 2013.

A 4ª Cúpula foi em Nova Délhi, Índia, em 29 de março de 2012. Na Declaração Conjunta da Cúpula foi anunciada a decisão de estudar a viabilidade de um Banco de Desenvolvimento voltado para os países do BRICS e outras economias emergentes e em desenvolvimento. Mais uma vez, os integrantes do grupo pediram “uma arquitetura financeira mais representativa, com a ampliação de voz e de representação de países em desenvolvimento (...) que possa atender o interesse de todos os países e apoiar o desenvolvimento de economias emergentes e em desenvolvimento”⁶.

Na 5ª Cúpula, realizada em Durban, na África do Sul, em 27 de março de 2013, a ideia do Banco de Desenvolvimento, lançada no ano precedente, tomou mais corpo e a Declaração Conjunta afirmou que já iriam ser iniciadas as negociações para criação de um Banco de Desenvolvimento liderado pelos cinco Estados e voltado para financiamento de projetos de infraestrutura e industrialização. Na declaração final, explicando as finalidades desse novo Banco, os líderes dos cinco países sublinharam que ele viria a complementar os esforços já existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento.

Nesta última Cúpula, que concluiu o primeiro ciclo das Cúpulas do grupo BRICS, a preocupação com os países em desenvolvimento e os Países de Baixa Renda retorna ao longo de todo o documento. Os cinco países reiteraram com força o compromisso de trabalhar juntos para acelerar o processo de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) até a data limite de 2015. Como em todas as precedentes Cúpulas este esforço de ajuda aos países em desenvolvimento é apresentado como um processo intergovernamental inclusivo e transparente dentro do quadro mais amplo das atividades das Nações Unidas, ponto de referência para todos os países integrantes do grupo⁷.

Alguns analistas interpretam o fortalecimento do grupo do BRICS como um desafio à ordem vigente, principalmente à influência americana. Contudo, os integrantes do grupo fazem questão de evidenciar que o grupo visa apenas participar mais ativamente das já existentes instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e outras organizações internacionais. De acordo com Soares Lima (2012), os objetivos principais do grupo dos BRICS seriam: desconcentrar o processo decisório das instituições internacionais e resguardar autonomia na formulação de políticas econômicas. Os países do BRICS atuariam na base de dois pilares: coordenação em fóruns multilaterais sobre temas de interesse comuns e construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS.

Sobre a natureza do grupo dos BRICS, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou num discurso de 2010:

Essas novas organizações estão ajudando a transformar o mundo. Mas não é de uma maneira tal que eles se tornem uma nova aristocracia. Não queremos ser uma elite dos países emergentes (...) O que queremos é contribuir para criar um mundo mais democrático, um mundo em que a voz de todos seja ouvida.⁸

6 DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI, 29 de março de 2012. Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-nova-delhi-29-de-marco-de-2012-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi>]. Acesso em: 11 mai. 2013

7 DECLARAÇÃO DE e-THEKWINI (Durban, 27 de março de 2013). Disponível em: [<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwini>]. Acesso em: 12 mai. 2013.

8 AMORIM, Celso. Discurso durante o Fórum Empresarial BRIC+IBAS em 15 abr. 2010.

Não obstante tais afirmações, o grupo do BRICS continua sofrendo a desconfiança e as críticas especialmente por parte dos países do “Norte do mundo”. Estados Unidos e Europa, os que mais sofreram com as crises econômicas mundiais recentes e que com evidente dificuldade buscam defender a ordem internacional criada após a Segunda Guerra Mundial. Eles temem que o crescente impacto internacional desse novo grupo possa desestabilizar o atual cenário internacional em detrimento de um *status quo* até então a eles favorável.

Por sua vez, os integrantes do BRICS negam tal possibilidade, identificando-se como um grupo onde convergem temas de interesse comum e onde são definidas estratégias de influência maior junto aos fóruns multilaterais já atuantes. A ideia não é perturbar os fundamentos de um sistema que permitiu sua emergência, mas, ao contrário, participar de forma mais afirmativa de uma ordem mundial em transição, onde há espaço para rediscutir uma possível redistribuição do poder mundial de forma a defender critérios de representatividades mais justas principalmente para o Sul global.

De forma especial, essa atenção do grupo ao Sul do mundo onde se encontram a maioria das economias emergentes e dos países em desenvolvimento se destacou nas últimas duas cúpulas como uma das principais preocupações do grupo.

Na composição dos BRICS, a China está ocupando cada vez mais um lugar de destaque. Além de ser o único país em desenvolvimento com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu crescimento econômico vertiginoso a obrigou a redesenhar sua posição no âmbito mundial. A busca de relações privilegiadas com países em desenvolvimento tem despertado preocupações nas democracias ocidentais que a acusam de usar o discurso de cooperação com o mundo em desenvolvimento para explorar os recursos naturais dessa porção do mundo.

Apesar de tais acusações, em sua maioria os países em desenvolvimento estão respondendo de forma positiva às ofertas de cooperação chinesa. O interesse da China em construir um relacionamento privilegiado com tais países não é algo recente. A aproximação chinesa com os países em desenvolvimento remonta aos primeiros anos da Nova China maoísta.

A aproximação chinesa ao mundo em desenvolvimento durante o período maoísta

Após a proclamação da República Popular da China em 1 de outubro de 1949, Mao Zedong declarou que as relações exteriores haveriam de ser construídas *ex -novo*, considerando nulas todas as relações diplomáticas estreitadas até aquele momento. A intenção de Mao Zedong era construir uma nova China, não mais baseada nos valores clássicos confucionistas que haviam demonstrado sua ineficiência, mas nos valores ideológicos que haviam alimentado a luta dos comunistas durante os longos anos de guerra civil. A China pretendia ser reconhecida, de agora em diante, como igual às outras nações.

No discurso de junho de 1949, comemorando a fundação do Partido Comunista da China, Mao afirmou que, para obter a vitória e consolidá-la, fazia-se necessário a escolha de apenas um lado, o do socialismo.

Contudo, mesmo alinhando-se ao bloco soviético, logo a política chinesa iniciou a ensaiar o discurso de adesão a um terceiro caminho, acentuando suas relações com os países em desenvolvimento, como estratégia para sair do isolamento diplomático provocado pela ausência de reconhecimento internacional da República Popular da China pela maioria dos países aliados aos Estados Unidos. De fato, as grandes potências ocidentais recusaram-se de reconhecer o novo país comunista, permanecendo ligadas, do ponto de vista diplomático, à República da China (R.O.C.), localizada na ilha de Taiwan, onde Chiang Kai-shek havia se refugiado depois da vitória comunista. Apenas os países do bloco soviético e mais a Mongólia Externa reconheceram imediatamente o novo governo.

Zhou Enlai, Ministro das Relações Exteriores procurou, então, estreitar relações com países vizinhos à China como a Mongólia Externa, e a República Democrática da Coreia, promovendo, ao mesmo tempo, relações com Índia, Mianmar e os grupos revolucionários do Vietnã que lutavam contra a colonização francesa (MITCHELL, 2007).

Desde o início da Nova China, a política chinesa acompanhou as lutas de libertação dos países até então objeto do imperialismo ocidental. De acordo com Dittmer (2010), a China foi a primeira – no mundo comunista – a reconhecer a importância ideológica e estratégica do grupo dos países emergentes. Já nos primeiros dias de vida da Nova China, em 26 de outubro de 1949, Mao Zedong escreveu um telegrama ao Comitê Central do Partido Comunista Algeriano – expressando a simpatia da República Popular da China para com as lutas de libertação dos povos oprimidos. “Estou convencido” – afirmava Mao no telegrama – “de que o povo da Argélia, sob a guia do Partido Comunista algeriano e com a ajuda da frente internacional da paz e da democracia conseguirá abater a dominação imperialista”⁹.

No mês seguinte, em novembro de 1949, Mao escreve ao Secretário Geral do Partido Comunista Indiano, que enviara um telegrama festejando a proclamação da República Popular da China. Mao Zedong sublinhou os muitos aspectos comuns entre Índia e China, dando ênfase, sobretudo, às vivências passadas comuns e ao futuro dos dois países, fazendo voto que logo a Índia também conseguisse se libertar do jugo imperialista entrando na família socialista¹⁰. No ano seguinte, a Índia ingressou no grupo dos países que mantinham relações diplomáticas com a China, sendo o primeiro país a reconhecer a Nova China fora do bloco comunista.

Em 1953, Zhou Enlai, Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, idealizou e anunciou os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”¹¹, durante o encontro com uma delegação indiana em 31 de dezembro, apresentando-os como princípios-guia da nova política externa chinesa e apelando ao mundo em desenvolvimento que, como a China, tinha sido submetido à exploração colonialista por parte das potências ocidentais (MITCHELL, 2007). Os princípios foram lançados oficialmente durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, da qual participaram representantes de 29 países da Ásia e da África. Resultado dessa conferência foi a promoção da solidariedade entre África e Ásia e a inauguração da nova política

9 MAO ZEDONG. Telegramma ai compagni del Comitato Centrale del Partito Comunista Algerino. (26 ottobre 1949). In: MAO ZEDONG. Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 11. Disponível em: [http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/11.pdf]. Acesso em: 2 mai. 2013.

10 MAO ZEDONG. Telegramma al Segretario del Partito Comunista Algerino. (19 novembre 1949). In: MAO ZEDONG. Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 11. Disponível em: [http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/11.pdf]. Acesso em: 2 mai. 2013.

11 Respeito mútuo para integridade territorial e soberania, não agressão, não interferência nos assuntos internacionais, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica.

externa chinesa, cujo objetivo era romper o isolamento diplomático e ocupar uma posição de liderança ideológica dentro do grupo dos países em desenvolvimento. A Conferência de Bandung resultou também na criação do Movimento dos Não Alinhados, através do qual os países do assim chamado Terceiro Mundo afirmaram sua recusa ao alinhamento de um lado ou outro da ordem bipolar vigente na época. Isso beneficiou ulteriormente a República Popular da China que passou a ser reconhecida pelos países membros do Movimento dos Não Alinhados.

Em 1956, numa conversação com duas personalidades da América Latina, Mao Zedong falou sobre o imperialismo americano comparando-o a um tigre de papel do qual não se devia ter medo porque ele estava destinado a ser derrotado. “Os fortes devem ceder o lugar aos fracos.” Nesse caso, os fracos eram, na visão de Mao Zedong, todos os povos oprimidos pelo imperialismo norte-americano. Colocando a China no mesmo patamar dos outros países, afirmou que

Nós nos encontramos nas mesmas condições dos nossos amigos da América Latina, da Ásia e da África dado que fazemos o mesmo trabalho: operar no interesse do povo para reduzir a opressão do imperialismo (...) Na luta contra a opressão imperialista, entre nós e vocês há uma identidade substancial, as diferenças dizem respeito à área geográfica, à nacionalidade e à língua (T.d.A)¹².

A Nova China de Mao Zedong contava, em suas relações externas, com o peso que os novos países poderiam exercer numa possível reconfiguração do cenário internacional. A partir disso, compreende-se o apoio maoísta à primeira guerra da Indochina no Vietnã, às guerras de libertação de Cuba e Argélia, à condenação do ataque de Israel-França-Inglaterra na Crise de Suez de 1956 e o apoio à revolução no Iraque (DITTMER, 2010, p. 205).

Na década de 1960, a ideologia terceiro-mundista chinesa aprofundou-se ulteriormente. Analisando a intensa atividade de Zhou Enlai, que nessa época visitou vários países da Ásia e da África para conseguir apoio ao modelo chinês de socialismo, podemos deduzir como a China apostava nessa frente unida contra a oposição ocidental.

A campanha ideológica foi acompanhada pela assistência material aos movimentos comunistas nos países asiáticos e africanos. Tal assistência consistia no envio de armas, em ajudas em dinheiro e instrutores militares para fortalecer os grupos guerrilheiros desses países. O dinamismo e participação nos movimentos revolucionários dos países em desenvolvimentos foram revistos e corrigidos durante o ápice da Revolução Cultural no final da década de 1960, quando as autoridades de Pequim destinaram tais ajudas quase que exclusivamente aos movimentos comunistas desses países. Isso gerou reclamações por parte dos governos dos países africanos e asiáticos que pediram explicação ao próprio Zhou Enlai sobre a coerência entre os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, proclamados pela República Popular da China como linhas-guia de sua política externa e as ajudas chinesas oferecidas aos insurgentes comunistas em países alheios, as quais evidentemente violavam principalmente o princípio defendido pela China de não interferência nos assuntos alheios. Segundo Dittmer (2010), na aproximação aos países em desenvolvimento, a China adotara simultaneamente duas atitudes: uma atitude ideológica, como membro do bloco comunista, e uma postura desenvolvimentista, ou nacionalista. Dependendo do momento, da

¹² MAO ZEDONG. L'imperialismo americano è una tigre di carta (11 luglio 1956). In: MAO ZEDONG. Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 13. Disponível em: [<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/13.pdf>]. Acesso em: 2 mai. 2013.

conjuntura política interna e externa, uma das faces predominava, redesenhando – ao menos de forma conjuntural, ou seja, não definitivamente – as relações internacionais da China. Frente ao apoio chinês aos movimentos comunistas do sudeste Asiático, os países dessa região criaram a Associação das Nações dos Sudeste Asiático (ASEAN) como forma de conter a influência chinesa.

Nesse mesmo período, em consequência da ruptura entre URSS e a China comunista, a aproximação chinesa aos países em desenvolvimento assumiu a forma de disputa ideológica entre a China e URSS.

Não obstante tudo, a ajuda efetiva da República Popular da China aos países do Terceiro Mundo se revelou bastante modesta, não podendo se comparar à ajuda soviética.

Em 1963, Mao Zedong elaborou outra teoria do sistema internacional chamada das Duas Áreas Intermédias. Essa teoria enfatizava a existência de um espaço intermédio entre os Estados Unidos e a União Soviética. Os países que se encontrariam nesse espaço intermédio, como a China, deviam se reunir para formar uma frente unida contra a América Imperialista. A região intermédia por sua vez estava dividida em duas secções. A primeira incluía os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina – esses países formavam o núcleo da coalizão anti-EUA. A outra compreendia o Japão, Canadá, Oceania e os países capitalistas da Europa Ocidental, países que segundo Mao eram controlados ou influenciados negativamente pelos Estados Unidos. No encontro dessas duas secções, os países em desenvolvimento da Ásia, América Latina e África eram concebidos como os países que tinham a responsabilidade de liderar a luta contra o imperialismo, defendendo a revolução proletária e a autossuficiência econômica (MITCHELL, 2007).

O discurso de apoio à revolução mundial tornou-se prática quando, nesse período, o governo de Pequim apoiou as lutas armadas em 24 países, 18 dos quais possuíam governos pró-ocidentais (DITTMER, 2010, p. 207).

A ajuda chinesa aos países em desenvolvimento durante toda a década de 1960 se concretizou também através de projetos conhecidos como *turn key*, projetos que entregavam o produto pronto para o uso. O mais famoso foi a ferrovia de 12000 milhas que ligava as minas do estado de Zâmbia à capital da Tanzânia, Dar-Es-Salam.

Segundo Alicia Altorfer-Ong (2009), a construção da ferrovia com financiamento chinês foi o marco das relações entre a República Popular da China e a Tanzânia. A aproximação do país africano à Tanzânia ocorreu depois do país africano ter se decepcionado com as promessas não cumpridas das maiores potências e instituições financeiras da época (Banco Mundial, EUA, Grã-Bretanha, URSS e Japão).

Num relato do encontro entre o presidente da Tanzânia, Nyerere e Mao Zedong, aparece a hesitação do presidente da Tanzânia em pedir ajuda econômica à China, tendo ciência das dificuldades da nova República. Contudo, assim que souberam qual era a necessidade mais premente do país africano, Mao prometeu atender logo a tal necessidade e a ferrovia que ligava a capital da Tanzânia ao estado de Zâmbia estava pronta em 1967.

In an interview many years later, Nyerere recalled that in his meeting with Chairman Mao Zedong, President Liu Shaoqi and Premier Zhou Enlai, Liu had inquired what Tanzania needed most at that time. Nyerere was reluctant to mention the rail link at first because he was aware of the extent of poverty in China. But he eventually did and Liu replied, 'If [the railway] is important to you and Zambia, we will build it for you.' Mao replied that China, which had

gained independence earlier, was 'duty-bound' to help those which are in the process of being emancipated, and that they would 'build the best railway for you'²⁹ That offer was made on 18 February for the entire rail route, including the Zambian section, and with it came the Chinese government's assurance that full ownership would be handed over to Tanzania and Zambia upon the project's completion, along with the relevant technology and equipment¹³

Durante os anos de 1963-1964, o Ministro das Relações exteriores, Zhou Enlai, visitou 11 países asiáticos e africanos (MUSSO, 1995).

Segundo vários analistas, essa dinâmica de ajuda por parte da República Popular da China era alimentada pelo desejo de ganhar espaço e apoio estratégico nos países em desenvolvimento e obter apoio na tentativa de tirar Taiwan do assento permanente do Conselho de Segurança da ONU e, ao mesmo tempo, competir com a URSS na liderança ideológica junto aos países africanos e asiáticos.

No final da década de 1960, em função do aberto conflito com a vizinha URSS, a República Popular da China viu-se obrigada a elaborar uma nova estratégia diplomática para enfrentar a nova situação geopolítica. Apesar de os EUA terem sido sempre considerados o inimigo acérrimo, frente à nova situação internacional e à mudança de postura política da URSS, o país vizinho foi classificado como o inimigo mais perigoso e a aproximação gradual aos Estados Unidos veio a fazer parte da nova política externa chinesa.

Em 1971, tal aproximação resultou no ingresso da China Maoista no Conselho de Segurança da ONU no lugar de Taiwan. As relações diplomáticas com os EUA foram estreitadas oficialmente em 1978.

Deng Xiaoping: mudanças nas relações com os países em desenvolvimento

A morte de Mao Zedong marcou o fim da política externa chinesa de cunho predominantemente ideológico. Com a chegada ao poder de Deng Xiaoping, a China começou a se abrir à economia internacional. Ao invés de dar ajuda econômica, a China apelou às comunidades chinesas além-mar para receber investimentos e assistência econômica. A diáspora chinesa consistia em 21 milhões de chineses em Taiwan, 6 milhões em Hong Kong, 400 mil em Macau e 30 milhões no resto do mundo. Desde 1978, quando a China retomou as relações diplomáticas com o vizinho Japão, a China também contou com a transferência tecnológica japonesa em troca de exportação de matérias-primas (VISENTINI, 2012).

O Japão passou a beneficiar a China também através de seu programa ODA (Overseas Development Assistance). Na década de 1980, a República Popular da China se tornou também o país receptor de maiores empréstimos do Banco Mundial, com um valor de 5.5 bilhões em 52 projetos (MITCHELL, 2007, p. 17).

A prioridade de Deng Xiaoping era o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional em aparente detrimento do projeto ideológico.

13 Alicia Altorfer-Ong. Tanzanian 'Freedom' and Chinese 'Friendship' in 1965: laying the tracks for the TanZam rail link. In: LSE Ideas. Cold War Studies Program. Londres: London School of Economic and Political Science, 2009. Disponível em: [<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/workingPapers/altorferOng.pdf>]. Acesso em: 10 mai. 2013, p. 9.

Dentro desse objetivo, a política externa chinesa foi redesenhada, estabelecendo uma hierarquia de prioridades quanto a seus parceiros estrangeiros. Estabelecer relações estáveis com os Estados Unidos e com os países desenvolvidos estava no topo da pirâmide de construção de sua política externa.

Contudo, apesar da diminuição do quantitativo de ajudas financeiras destinadas ao Terceiro Mundo, o governo de Pequim procurou manter relações de cooperação mútua com os países em desenvolvimento, apoiando o discurso de cooperação Sul-Sul. Argélia, Irã, Iraque, Paquistão, Arábia Saudita e Síria receberam, nesse período, principalmente ajuda militar, incluindo tecnologia nuclear e sistemas de mísseis.

Segundo Becard, nesse período, a política externa chinesa

tanto para África quanto para América Latina foi condicionada às possibilidades de contribuição ao desenvolvimento nacional tendo sido dada prioridade às realizações menos espetaculares e onerosas. A opção de não mais rivalizar com grandes potências e avançar nos projetos de modernização levou a China a colocar ênfase apenas na cooperação 'Sul-Sul' que pudesse trazer vantagens econômico-comerciais concretas. (BECARD, 2007, p. 146)

Deng Xiaoping, durante um discurso em 1982, explicitou com muita clareza sua recusa em apresentar a China como líder do mundo em desenvolvimento:

We say, China is simply a member of the third world. Many friends say that China is the leader of the third world. We say, we should not be the leader. Once we become the leader, things will wrong. Hegemony had a bad reputation, so does the leader of the third world. Saying this is not being modest. It is out of real political consideration.¹⁴

Tal posicionamento pode ser mais bem compreendido se pensarmos no direcionamento da política externa de Deng Xiaoping pautada na fórmula: “Esconder nossas capacidades e ganhar tempo, permanecer livre de ambição, nunca clamar para si a liderança”.

Contudo, os inesperados fatos de Tian Anmen, em maio de 1989, que ameaçaram destruir tudo quanto Deng Xioping havia construído até aquele momento, trouxeram à política externa chinesa um novo incentivo às relações com os países em desenvolvimento. A decisão do governo de Pequim de adotar a lei marcial para colocar um fim às manifestações populares que estavam abalando o país numa época de fragilidade interna do próprio Partido Comunista e de vastas tensões sociais, resultou em condenação por parte da maioria dos países ocidentais. A China passou a sofrer com o certo isolamento internacional, o que a levou a uma reaproximação aos países africanos e do sudeste asiático, países estes que não compartilharam da condenação ocidental à China (VISENTINI, 2011, p. 139).

Durante a década de 1990, as relações externas de Pequim, tanto com os países desenvolvidos quanto com os países em desenvolvimento, foram caracterizadas pelo pragmatismo em vista do desenvolvimento econômico e da defesa da política de “uma só China” (*One China policy*). O objetivo de tal política era isolar internacionalmente Taiwan buscando convencer os países que

¹⁴ DENG XIAOPING. China Foreign's Policy, August, 21, 1982. In: Deng Xiaoping selected Works (1975-1982). Disponível em: [http://www.people.com.cn/english/dengxp/contents2.html]. Acesso em: 7 mai. 2013.

ainda mantinham relações diplomáticas com a ilha a reconhecer a República Popular da China como governo legítimo.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos apressaram-se em proclamar a vitória dos valores democráticos e se prepararam em assumir o papel de hegemonia numa ordem unipolar que eles consideravam como o desdobramento mais natural. Numerosas obras, entre elas a mais famosa, a de Francis Fukuyama, “O Fim da História” enaltecem a vitória do mundo capitalista, prevendo o início de uma época sem conflitos.

Frente a essa perspectiva, e passando a sofrer com as crescentes pressões norte-americanas quanto a seu sistema político, a China abraçou a causa da construção de uma ordem multipolar que resultaria numa diversificação das parcerias internacionais da China e numa relativa desvinculação da aliança com os Estados Unidos.

Características da atual estratégia de inserção chinesa no mundo em desenvolvimento

A partir da primeira década do século XXI, a China inaugurou uma nova diplomacia apostando nas organizações multilaterais. O ingresso da República Popular da China na OMC (Organização Mundial do Comércio), em 2001, durante a presidência de Jiang Zemin, marcou o início de um envolvimento chinês mais afirmativo junto às organizações regionais e mundiais.

Com a passagem da terceira à quarta geração¹⁵, registrou-se uma ulterior mudança na política externa chinesa. Ao assumir a presidência da República Popular da China, Hu Jintao inaugurou uma nova fase, a da “sociedade harmoniosa”, no plano doméstico, e a “do mundo harmonioso”, no plano internacional.

Nesse âmbito, o discurso em favor dos países em desenvolvimento pareceu entrar numa nova época com características diferentes do auge do período maoista, mas com a mesma intensidade e prioridade da época anterior.

De acordo com Dittmer (2007, p. 215), a identificação da República Popular da China com os países em desenvolvimento não era “apenas retórica, mas reflexo da coincidência de interesses materiais”. A China precisa de novos mercados e dos recursos materiais dos quais os países em desenvolvimento são ricos, seja pelo aumento do consumo interno de sua imensa população, seja para alimentar suas indústrias.

Desde então, sua forma de inserção internacional apresenta diversas peculiaridades. Uma delas é a tendência, por parte do governo de Pequim, de entrar em regiões onde o clima ou as condições geográficas e políticas dificultam ou até desencorajam a atuação das multinacionais ocidentais. Outra característica importante é a defesa do princípio de não interferência (um dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica). Alguns dos países com os quais Pequim mantém intensas relações de cooperação são países que sofrem sanções por parte da comunidade internacional. Para defender seus interesses nessas regiões, Pequim, mesmo fazendo uso da devida prudência diplomática, não hesita em manifestar a própria solidariedade usando do seu

¹⁵ A primeira geração política chinesa foi guiada por Mao Zedong. A segunda foi liderada por Deng Xiaoping de 1978 a 1993. A terceira por Jiang Zemin (1993-2002), a quarta geração por Hu Jintao (2002-2012). No final de 2012, assumiu a quinta geração política, com Xi Jinping.

veto junto ao Conselho de Segurança para proteger tais países das censuras ocidentais. O caso do Sudão, na África, é um exemplo dessa política.

Contudo, é importante lembrar que durante uma viagem no Sudão, em junho de 2007, Hu Jintao pediu ao presidente do Sudão para mitigar os excessos de violência e aceitar a missão pacificadora da ONU e da União Africana. O Sudão estava sendo objeto de severas críticas por parte da comunidade internacional e como de consequência a China estava sendo incluída nessas críticas. Para salvaguardar sua imagem internacional, a China abriu uma exceção ao princípio da não interferência.

Não obstante as críticas aos métodos de atuação chinesa junto aos países em desenvolvimento, principalmente os do continente africano, por parte dos representantes dos antigos impérios coloniais, a percepção dos próprios países em desenvolvimento é, na sua maioria, positiva. A cooperação e o benefício mútuos oferecidos pela China, não apresentam o perigo de endividamento sem saída, como aconteceu para muitos dos países que sofreram a exploração direta e indireta por parte do Norte do mundo. A China está repetindo com os países em desenvolvimento a experiência vivida com o Japão quando do estreitamento das relações diplomáticas em 1978. Visentini (2012) lembra que a China exportava para o Japão matérias-primas que alimentavam a indústria japonesa e em troca o Japão fornecia tecnologia e infraestrutura, elementos básicos que prepararam a abertura econômica chinesa e isso sem endividamento. Trata-se de um tipo de cooperação que atualmente é conhecido como “modelo de Angola”, caracterizado justamente pela utilização de recursos naturais como garantia de pagamento dos empréstimos obtidos (ESTEVEZ, 2011).

A ajuda chinesa aos países emergentes consiste principalmente na construção de obras de infraestrutura: estradas, pontes, escolas, portos e outras grandes obras públicas. A única condição imposta pela República Popular da China para estreitar tais relações de cooperação é que estes países adiram de forma incondicionada à política de Uma Só China, a mesma condição exigida pelas autoridades chinesas desde os primeiros anos de vida da Nova China.

De acordo com Estevez (2011), a cooperação de Pequim apresenta-se como uma prática horizontal, onde a China se enquadra como país em desenvolvimento no mesmo patamar que os seus parceiros. Tal postura, em evidente contraste com a prática de cooperação verticalizada dos tradicionais detentores do poder, está emergindo como um novo modelo de cooperação, compartilhado também pelos outros membros do BRICS.

Buscando a construção do “mundo harmonioso”, Hu Jintao direcionou a política externa chinesa ao fortalecimento dos laços regionais e internacionais através de uma participação afirmativa nas mais importantes organizações regionais e internacionais.

Na Ásia, fortaleceu a política de boa vizinhança, trabalhando na aproximação aos países do sudeste asiático através da ASEAN+3 e aos países da Ásia Central através da Organização para Cooperação de Xangai.

Fora da Ásia, a China intensificou as relações comerciais e políticas com a América Latina e com o continente africano. Em 2000, foi criado o Fórum de Cooperação China-África, visando à regulamentação das relações entre China e os países africanos. O Fórum tem reuniões a cada 3 anos. Em novembro de 2006, foi realizada a terceira Cúpula China-África. Contando com a presença de 40 líderes africanos, a China lançou um plano de ajuda para os países africanos. Segundo Visentini

um ponto em comum entre chineses e africanos é o fato de que compartilhavam a visão de que as críticas ocidentais apenas procuravam retardar o desenvolvimento dos mais pobres. Ambos têm um passado comum de exploração europeia, o que os torna desconfiados de eventuais manifestações contrárias às suas políticas domésticas e soberania. Além disso, a possibilidade de crescimento econômico, desvinculado da sujeição a agendas de liberalização política impostas pelos países da organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) anima inúmeros governantes africanos. (VISENTINI, 2011, p. 140)

Na América Latina, a China ingressou na Organização dos Estados Americanos e no Banco Interamericano de Desenvolvimento como Observador Permanente na primeira década do novo século. Desde 2004, participa também do Fórum Econômico Caribenho.

No que diz respeito às organizações internacionais, a China participa ativamente também de grupos extrarregionais, como o G-20 e, principalmente, o grupo dos BRICS, com as quais compartilha iniciativas internacionais relevantes no âmbito da cooperação Sul-Sul.

A mudança de postura frente ao seu envolvimento junto às instituições regionais, internacionais e novos grupos, como o dos BRICS, pode ser buscada na mudança de concepção chinesa a respeito dessas organizações e na avaliação dos benefícios que elas podiam trazer à estabilidade chinesa. A China passou a perceber as organizações regionais mais como instrumentos úteis para seu crescimento e inserção regional que como organismos que visariam a contenção de seu poderio.

A adesão da China ao grupo dos BRICS parece ligada aos objetivos da China de trabalhar junto com outros países emergentes visando garantir um âmbito pacífico que não dificulte seu desenvolvimento. Em janeiro de 2004, a China lançou um novo conceito de segurança baseado na confiança e nos benefícios mútuos, na igualdade e na cooperação, além de ser já fundamentado nos cinco princípios de coexistência pacífica que promovem o ideal de uma ordem mundial pluralista e com base na soberania, incluindo forte apoio à ONU. Hu Jintao acrescentou a necessidade de reforma e aprimoramento dos sistemas financeiros internacionais e mais abertura aos mercados dos países em desenvolvimento, eliminando barreiras comerciais, objetivos em comum com os outros integrantes do grupo BRICS. A China mantém firme sua posição de apoio à Organização das Nações Unidas, considerando-a como a única fonte de autoridade internacional que poderia impor constrangimentos ao uso arbitrário de poder por parte dos Estados Unidos.

A preservação de um ambiente internacional pacífico continua sendo uma das prioridades da política externa chinesa nos dias de hoje. A construção coletiva empreendida pelo grupo dos BRICS de um mundo multipolar através da democratização das relações internacionais parece ser o caminho escolhido pela China para alcançar tal prioridade.

Conclusões

Desde os primeiros anos de vida da República Popular da China, os países em desenvolvimento se tornaram uma realidade geográfica e política estratégica para o fortalecimento da inserção da Nova China no cenário internacional.

Apesar das mudanças ocorridas ao longo das quatro décadas de vida, as relações com o mundo em desenvolvimento permaneceram como um elemento de continuidade na política externa chinesa.

A China aproximou-se dos países emergentes, ora se apresentando sob o perfil ideológico como possível líder de uma revolução mundial, ora sob o perfil nacionalista, como país em desenvolvimento ao lado de outros países em desenvolvimentos que compartilhavam um passado comum de exploração econômica e que buscavam maior autonomia e protagonismo dentro do âmbito internacional.

Através da afirmação do Movimento dos Não Alinhados, tais países acreditaram na possível construção de uma ordem alternativa baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica.

Nas diversas etapas da política externa chinesa para o mundo em desenvolvimento, os países em desenvolvimento talvez tenham ocupado um lugar diferente na ordem de prioridades das relações externas da China com o resto do mundo. Tal alternância explica-se, evidentemente, pela dependência existente entre a reformulação da política externa de um país, seu interesse nacional e as prioridades exigidas do projeto estratégico nacional em um determinado período. Contudo, podemos observar, pela análise das relações chinesas com os países em desenvolvimento nos diversos períodos, que tais relações nunca foram abandonadas e que, de forma mais intensa ou mais branda, elas continuaram presentes na agenda internacional da República Popular da China. O que talvez diferencie as primeiras três décadas de política externa chinesa da atual fase de aproximação do mundo em desenvolvimento poderia ser o fato de a China ter escolhido, conjuntamente com as insubstituíveis relações bilaterais, participar ativamente também de organizações regionais e internacionais, como o agrupamento dos BRICS, apostando numa construção coletiva como caminho privilegiado rumo a uma futura ordem multipolar.

A China juntamente com os outros integrantes do grupo BRICS reitera a importância de um desenvolvimento econômico inclusivo e transparente, uma maior representatividade nas instituições financeiras internacionais, um apoio ágil e flexível às economias em desenvolvimento e a democratização das relações internacionais. Tais exigências reforçariam uma prática de cooperação inovadora já ensaiada pela China, Brasil, Índia e África do Sul conhecida como Cooperação Sul-Sul.

Através da análise das relações chinesas com o mundo em desenvolvimento, foi constatado que o fato de a China contar com décadas de relacionamento com os países em desenvolvimento, com os quais compartilha um passado comum de domínio imperialista (conhecido como o “século da humilhação”), facilitou sua inserção nesses países.

Naturalmente, os questionamentos por parte da comunidade internacional referentes às modalidades da cooperação chinesa com o mundo em desenvolvimento, principalmente pela defesa do princípio de não ingerência, levam a China a uma revisão constante de sua atuação internacional, corrigindo as falhas e procurando se adequar às normas internacionais, sem prejudicar, porém, os princípios tradicionais de sua atuação internacional, como foi visto no caso do Sudão.

O desafio é resistir às críticas e pressões cíclicas dos Estados Unidos e da União Europeia, que mesmo sendo importantes parceiros comerciais e políticos dos países do grupo BRICS, e em particular da China, parecem estar prontos a repensar e consolidar uma aliança do Norte do mundo.

Se o futuro será de colisão entre o Norte e o Sul do mundo ou de integração mundial pacífica, somente o tempo nos dirá.

Referências Bibliográficas

- ALTORFER-ONG, Alicia. 2009. Tanzanian 'Freedom' and Chinese 'Friendship' in 1965: laying the tracks for the TanZam rail link. In: *LSE Ideas. Cold War Studies Program*. Londres: Londo School of Economic and Political Science. Disponível em: [<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/workingPapers/altorferOng.pdf>]. Acesso em: 10 mai. 2013, p. 1-33.
- ARGEMIRO, Procópio. 2003. *O século da China*. Curitiba: Juruá.
- ARMIJO, Leslie Elliott. 2007. The Brics countries (Brazil, Russia, India and China) as analytical Category: Mirage or insight? *Asian Perspective*, v. 31. n. 4, p. 07-42.
- ARRIGHI, Giovanni. 1996. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.
- BECARD, Danielly. 2007. *O Brasil e a República Popular da China*. Brasília: FUNAG.
- BRUCAN, Silviu. 1974. *La disolución del poder*. México: Siglo XXI Editores.
- DENG XIAOPING. 1982. China Foreign's Policy, August, 21, 1982. *Deng Xiaoping Selected Works (1975-1982)*. Disponível em [<http://www.people.com.cn/english/dengxp/contents2.html>]. Acesso em: 7 mai. 2013.
- DITTMER, Lowell. China's Rise, Global Identity and the Developing World. 2010. In: DITTMER, Lowell e YU, George T. (org). *China, the developing world and the new global dynamic*. Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publishers, p. 30-55.
- DOMENACH, Jean-Luc. 2002. *Oú va la Chine*. Paris, Fayard.
- EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric e MITCHELL, Derek (org.) 2007. *China and the developing word: Beijing's strategy for the first twenty-first century*. New York: M.E. Sharpe.
- ESTEVEZ, Paulo. 2011. Os BRICS e a cooperação para o desenvolvimento e a presença chinesa na África. *Carta Internacional*, v. 6, n. 2, p. 76-96.
- FAIRBANK, John K.; MERLE, Goldman. 2008. *China, uma nova História*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- FONTENELE REIS, Maria Edileuza. 2012. BRICS: surgimento e evolução. *Mesa Redonda: o Brasil, os Brics e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, p. 31-48.
- FOOT, Rosemary. 2009. Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: HURRELL, Andrew (et al.). *Os Brics e a ordem global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 125-168.
- HU JINTAO. 2012. BRICS is the defender of the developing world. Interview. *The Hindu* – March, 28, 2012. Disponível em: [<http://www.thehindu.com/opinion/interview/article3251562.ece>]. Acesso em: 10 jan. 2013.

JING GU; MUNPHREY, John; MESSNER, Direk. 2008. Global Governance and Developing Countries: The implication of the Rise of China. *World Development*, v. 36, n. 2, p. 274-292.

KANG, David. 2007. *China Rising: Peace, power and order in East Asia*. New York: Columbia University Press.

KISSINGER, Henry. 2011. *On China*. New York: Penguin Press.

LIU SHAOQI. 1956. The Political Report of the Central Committee of the Communist Party of China to the Eight National Congress of the Communist Party of China. Delivered on September 15, 1956. Disponível em: [http://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/8th_congress.htm]. Acesso em 20 mar. 2013.

MITCHELL, Derek. 2012. *China and the Developing World*. Disponível em: [http://csis.org/files/media/isis/pubs/090212_06china_developing.pdf]. Acesso em: 20 out. 2012.

MAO ZEDONG. 1949. On the People's Democratic Dictatorship, June 30, 1949. *Mao Zedong Selected Works*, v. IV. Disponível em: [http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-4/mswv4_65.htm] Acesso em: 2 mai. 2013.

_____. 1949. Telegramma ai compagni del Comitato Centrale del Partito Comunista Algerino. (26 ottobre 1949). *Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 11*. Disponível em: [<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/11.pdf>]. Acesso em: 2 mai. 2013.

_____. 1949. Telegramma al Segretario del Partito Comunista Algerino. (19 novembre 1949). *Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 11*. Disponível em: [<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/11.pdf>]. Acesso em: 2 mai. 2013.

_____. 1950. Risposta alla consegna delle credenziali del primo ambasciatore indiano (20 maggio 1950). *Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 11*. Disponível em: [<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/11.pdf>]. Acesso em: 2 mai. 2013.

_____. 1956. L'imperialismo americano è una tigre di carta (11 luglio 1956). *Scritti scelti di Mao Zedong, vol. 13*. Disponível em: [<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/13.pdf>]. Acesso em: 2 mai. 2013.

MORAZAN, Pedro; KNOKE, Irene; KNOBLAUCH, Doris; SCHÄFER, Tobias. 2012. *The role of the Brics in the developing world*. Belgium: European Parliament.

MUSSO, Simonetta. 1995. La politica cinese verso i paesi africani negli anni '50 e '60. *Mondo Cinese*. n. 88. Disponível em: [http://www.tuttocina.it/mondo_cinese/088/088_muss.htm#UcxRBTS3-y4]. Acesso em: 1 jun. 2013.

PIMENTEL DE SÁ, Vicente José (org.). 2012. *Mesa Redonda: o Brasil, os Brics e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG.

ROSA, Paolo. 2010. *Lo stile del drago: processi e modelli della politica estera cinese*. Rubettino Editore: Soveria Mannelli (Calabria).

SHAMBAUGH, David. 2004/5. China Engages Asia: Reshaping the Regional Order. *International Security* v. 29, n. 3, p. 64-99. Disponível em: [<http://www.brookings.edu/views/articles/shambaugh/20050506.pdf>]. Acesso em: 20 mai. 2012.

SHENKAR, Oded. 2005. *O século da China: a ascensão chinesa e o seu impacto sobre a econômica mundial*. Porto Alegre: Bookman.

SOARES DE LIMA, Maria Regina, 2012. O Brasil, os BRICS e a internacionalização do conflito. *Mesa Redonda: o Brasil, os Brics e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, p. 175-186

VISENTINI, Paulo G.F. 2012. *As relações diplomáticas da Ásia*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora. _____, 2011. A novíssima China e o sistema internacional. *Revista Sociologia e Política*, v. 19, n. 145-148 (Nov). Curitiba: UFPRN, p. 131-154.

_____, 2012. A dimensão política-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. *Mesa Redonda: o Brasil, os Brics e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, p. 187-204.

YUANG PENG. 2007. A Harmonious World and China's New Diplomacy. *Contemporary International Relations*, May/June.

ZHENG YONGNIAN; TOK SOW KEAT. 2007. "Harmonious Society" and "Harmonious World": China's policy discourse under Hu Jintao. *Briefing Series – Issue 26 October, 2007*. Nottingham: China Policy Institute Copyright.

ZHENG BIJIAN. 2010. Zhongguo heping jueqi xin daolu He Yazhou de weilai (Um novo percurso para a ascensão da China e o futuro da Ásia). *Xinhua*, 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/newscent003-11/24/content_1195240.htm]. Acesso em: 30 abr. 2012.